
Palestras

O PENSAMENTO DE HENRI LEFEBVRE E A GEOGRAFIA (*)

Odette Carvalho de Lima SEABRA (**)

Qual o sentido de refletir sobre o pensamento de Henri Lefebvre, seguir o seu percurso, as suas indagações e reconhecer seus dilemas, seus embates? Afinal, que relações estabelecer entre esse pensamento e a Geografia?

São sempre vivificadas no interior da Geografia tentativas sucessivas de superação. No Brasil, nestes últimos vinte anos, tem havido um esforço teórico nesse sentido, originado em diferentes matrizes do conhecimento que, como se sabe, permitiu uma abordagem teórico-quantitativa e uma geografia crítica, de conteúdo marxista ou marxiano. Foi no interior do que se convencionou chamar de uma Geografia Crítica, que o pensamento de Henri Lefebvre chegou à Geografia. Mas, chega de maneira tênue, confusa e difusa, justificada, aliás, pelo teor temático de muitos dos seus trabalhos, interessando os processos gerais de urbanização. Tais trabalhos tinham em perspectiva a urbanização da sociedade, já que, estes processos realizavam o sentido e a finalidade da industrialização. Esta temática em discussão criava as premissas para avançar no entendimento da segunda natureza, do meio ambiente, entre outras ques-

(*) Palestra proferida no V Congresso Brasileiro de Geógrafos. Curitiba - julho 1994.

(**) Professora Doutora do Departamento de Geografia FFLCH/USP.

Odette Carvalho de Lima Seabra

tões cruciais. Mas, na Geografia ainda não pudemos extrair devidamente as consequências, porque não conseguimos desfazer os pragmatismos e menos ainda arrancar os véus dos dogmatismos.

Trata-se de um pensamento que se formula num alto grau de abstração teórica, **funda entendimento**, conduz mais à reflexão do que à instrumentalização. Como tal, não se presta a transposições mecânicas. São sessenta anos consecutivos de produção teórica, do desenvolvimento de um pensamento que atravessou circunstâncias as mais dramáticas do mundo moderno: do estalinismo à guerra fria, à luta pela descolonização, à irrupção de NANTERRE (maio/68/França) e, sobretudo, o desenvolvimento e a conformação do Estado com sua tecno-estrutura burocrática, tanto na Europa do leste como nos países centrais do capitalismo. O exaustivo estudo sobre o Estado, em quatro volumes, que veio à luz na segunda metade da década de setenta, bem o demonstra. Também, nesse trajeto, foi acrescentando ingredientes novos aos estudos sobre a crítica da vida cotidiana, iniciados em 1946. E, já em 1968, expunha seus argumentos sobre o que denominava sociedade burocrática do consumo dirigido, perpassada por uma cotidianidade programada, destinada a ser nóculo estratégico da reprodução social, e que correspondia à estruturação das camadas médias urbanas.

Neste raciocínio não se distinguirá facilmente um ponto de partida ou um ponto de chegada. O raciocínio é o movimento no sentido do devir. O devir é o outro de uma oposição que está destinada a resolver-se num terceiro termo sempre em presença. Como o conceito na sua universalidade é a ferramenta (instrumento) do pensamento teórico, Lefebvre opera utilizando-se de um conceito, o conceito de **produção**.

Não existe nada na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. Vale para a natureza mesma, tal como ela se apresenta à vida social, aos órgãos dos sentidos, quando já modificada, logo produzida. Originalmente a natureza se apresenta como um vasto terreno de nascimentos. As coisas nascem, crescem e morrem... um infinito se esconde sob esses termos... Cabe reter isto: quem diz natureza, diz **espontaneidade**. Mas trata-se agora de produção, de intenção. A artificialidade do mundo cresce.

É próprio deste pensamento mover-se no tempo e no espaço, realizando-se na imanência de uma perspectiva antropológica. Por isso se compreenderá que os produtos são, ao mesmo tempo, criação e mediação de uma relação primordial sobre a qual se fundam as separações originárias inicialmente: homem - natureza - obras; depois: natureza - sociedade produtos/obras.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Quero sobretudo destacar, nesta oportunidade, as aquisições relativas a uma teoria do espaço. Nesse sentido, é preciso discernir como se postula uma problemática do espaço pois, em Lefebvre, o espaço é ao mesmo tempo analisador, revelador desta contemporaneidade.

Abre-se assim o pensamento para a formulação de uma teoria unitária do espaço que sintetiza o natural (quadro físico), o mental (os espaços de representação e ou representações do espaço) e o social, com a prática correspondente, vista já, como prática espacial. Formula-se assim, o conceito de espaço social. Para operar com ele é preciso ir discernindo três níveis do real: o **percebido**, o **vivido** e o **concebido**, em cuja assincronia se apreciariam confrontos e conflitos, o movimento do devir.

Enfaticamente nos propõe uma analogia entre a situação atual e aquela que tendia a se estabelecer em meados do século XIX, porque há questões novas a partir da segunda metade do sec. XX, que deslocando os velhos problemas sem os resolver, se superpõem a eles. Muito justamente se considerará que a cidade, constituindo produto e condição da história, tem alguma coisa a mais que os fatores produtivos que reúne em si, e que isto faz aflorar um conflito ou uma contradição entre o caráter social desta produção e a propriedade privada dos lugares. Mas isto já é trivial. A rigor, trata-se de que a problemática do espaço, envolvendo o urbano e o cotidiano (consumo programado), desloca a problemática da industrialização. Pois, sem abolir as relações sociais pré-existentes, o problema novo é agora o da reprodução das relações sociais. No espaço,

Odette Carvalho de Lima Seabra

esta questão se traduz na constatação de que a industrialização ia redefinindo espaços, na medida em que, circunscrevia o tempo como tempo de trabalho, e, subvertia as relações pré-existentes, realizando-se **no espaço**. Mas as premissas do seu desenvolvimento também foram sendo alteradas, principalmente porque tanto quanto o tempo, o espaço entrou nos circuitos de valorização. Entrou como **lugar**, como natureza transformada ... de sorte que começa emergir uma problemática própria **do espaço**. Vislumbra uma ciência do espaço que parece muito próxima mas que, não obstante, não se realiza porque o conhecimento do espaço oscila entre a descrição e a fragmentação. Descreve-se as coisas no espaço, ou pedaços do espaço: espaço geográfico, espaço etnológico, espaço da informática. Vai-se assim no sentido de uma decomposição cada vez maior: espaços do habitat, do trabalho, dos lazeres, espaços dos esportes, do turismo....

Mas, se a hipótese sobre a ciência do espaço se confirmasse, este conhecimento reagiria sobre a história e sobre o conhecimento do tempo. Permitiria melhor compreender como as sociedades engendram seu espaço e seu tempo sociais, isto é, seus espaços de representação e suas representações do espaço... trata-se, enfim, de um conhecimento possível que permite vislumbrar a ciência do espaço como ciência do uso. E, ainda uma vez, se esta hipótese se verifica, a Geografia, como uma abordagem integrada do espaço, revelaria um sentido que carrega mais ou menos escondido, pois, como já fora notado, a Geografia ocupou-se, em sua história, sobretudo com o **uso**.

É preciso recuperar o caminho do método para vislumbrar uma abordagem do espaço que tenha sentido, pois pensar o espaço neutro, objetivo, enfim, como um continente para o qual se atribui conteúdos, é um erro. Então, compreender a problemática do espaço implica compreendê-la criticamente. Isto implica, essencialmente, em relacionar o **vivido**, o **percebido** e o **concebido**. Uma crítica do espaço deveria modificar muito o espaço de representação dos habitantes, poderia fazer parte integrante da prática social. Mas como não existe tal crítica, o usador do espaço, o habitante ou morador tende a fazer abstração da sua própria prática com e no espaço. Vive e convive com a fetichização do espaço. Disto decorre que a apropriação dos múltiplos sentidos, circunstâncias e cone-

xões que implicam o espaço, é limitada porque o espaço é quase uma abstração. Mas o espaço é a morfologia social, no vivido está a forma, intimamente ligado às funções e estruturas. Nas circunstâncias em que as práticas espaciais são concebidas pelos moradores do espaço, desfazem-se os fetiches, as ilusões. Só a prática espacial concebida como tal tem uma tal potência.

Mas, de um modo geral, a quase abstração para o usador tem como contrapartida a funcionalidade estrutural do espaço. Chega-se assim, ao primado do político, traço característico desta modernidade. Por ora, trata-se de compreender os termos de reconstituição **histórica do espaço**, chegando à produção do espaço propriamente:

- O ponto de partida do estudo do espaço prescinde das periodizações admitidas, convencionadas, embora o estudo do espaço não se dissocie da história do tempo.
- O ponto de partida para uma pesquisa não se situaria nas descrições geográficas do espaço natureza, mas nos ritmos naturais, mostrando as modificações desses mesmos ritmos/ciclos.
- De partida se encontrará determinações antropológicas. O que implica conexões com formas elementares de apropriação da natureza, perpassadas por imagens do mundo, simbolismos.... atividades de grupos parciais (família, tribos) e aquelas das sociedades globais.
- O espaço natureza vai mudando; a atividade prática nele se inscreve implicando representações do espaço.
- Onde cessa o antropológico começa propriamente a produção do espaço: então o reprodutível, a repetição e a reprodução das relações sociais, avançam sobre a obra, sobre a reprodução natural, sobre a natureza e os tempos naturais.
- Delimita-se a história do espaço: na pré-história do espaço, a natureza é determinante no espaço social. Na "pós-história", o natural se distancia. O concebido avança sobre o mundo.
- A imediaticidade do mundo dá lugar a um mundo de mediações.
- No curso desse processo se constituem as relações abstratas: o valor de troca se generaliza, com o dinheiro, o ouro, depois o capital....

Odette Carvalho de Lima Seabra

Nos diz Lefebvre que, com o século XX se entra na modernidade, termo que guarda mais do que um enigma, e nd que concerne ao espaço, transformações decisivas se operam, dissimulando invarianças, prolongamentos, sobretudo, nos espaços de representação. Isto se discutiria, considerando o duplo aspecto desta época: capitalismo e modernidade, por exemplo, o turismo.

Se as representações do espaço, elaborações estéticas, científicas, dos arquitetos, dos geógrafos, engenheiros, ganham força diretiva num processo de produção do espaço, e por isso o concebido vai vencendo, é certo que essas representações do espaço, ao subsumirem a trama e os dramas que implicam os espaços de representação, não subsumem por inteiro e que, por isso, estruturas espaciais rígidas guardam sobrevivências, muitas vezes, de modo intersticiais.

O vivido, mesmo levado ao irrisório pelo concebido da vida, continua porque senão é a morte! Nele está o irredutível, transcendendo as coações, sem prescindir delas.

Em Lefebvre, a facticidade-artificialidade do mundo vence, redefinindo o tempo e o espaço, numa imbricação complexa, a qual discute como sendo o processo de **construção do cibernantropo**. No entanto, esse processo com a força avassaladora que lhe corresponde, discutido como o movimento do moderno, ou como essência da modernidade, não tem conseguido apagar ou aniquilar no todo e nem em parte, o que seriam os resíduos irredutíveis, sobrevivências de tempos e de espaços da pré-história do capitalismo que **sobrevivem como cultura**.

Para o estudo do espaço abrem-se assim dois caminhos contraditórios em si mesmos, mas complementares no desvendamento do espaço social: os espaços de representação e as representações do espaço. Assim se situa o embate entre o vivido, o concebido e o percebido.

Pelo desencontro entre o concebido e o vivido se conta a história do tempo através do espaço e se indaga mesmo sobre o sentido da História.

A propósito da produção do espaço, a questão é também a de precisar quando um conhecimento mais ou menos prático, difuso, ganha intencionalidade. Ou seja, quando a produção do espaço é **concebida** como tal. Quando o saber a define como prática e teoria.

Lefebvre nos dirá com precisão que esta emergência se deve ao Bauhaus, onde se fundou um conceito global de espaço em 1920. É então que se descobre a relação entre industrialização e urbanização, entre os lugares de trabalho e os lugares de habitação. Nesta escola se conceberam os projetos que operacionalizavam esse conhecimento, propondo-se como prática revolucionária, mas que em verdade anunciava a entrada do Estado na manutenção da reprodução das premissas do processo do capital, muito discutidas por Lefebvre em "La Survie du capitalisme", a título de reprodução das relações sociais de produção.

A relação entre industrialização e urbanização é tão visceral, que uma é a face da outra, mas, isto só se esclarece muito mais tarde. Tanto que o movimento dos desurbanistas da Rússia, na década de 20, embora atuante e esclarecido, viveu a ilusão da separação possível entre a cidade e o campo.

ESPAÇO E ESTADO

A produção do espaço no sentido preciso de um processo cada vez mais carregado de intencionalidade, portanto concebido, conduziu Lefebvre a uma discussão do Estado.

O Estado se liga ao espaço no seu nascimento. O território nacional, o âmbito do exercício da soberania do Estado, tem fronteiras, uma base natural: o espaço físico (solo/subsolo), que foi sendo transformado por redes, fluxos, relações e se definindo como espaço político e econômico. A cidade e o campo se ligaram definitivamente nesse terceiro termo: O Estado. Nesse âmbito, há consenso de pertencer a uma nacionalidade e nesse sentido faz-se uma representação mental do espaço, já, um espaço social.

O Estado é então, uma produção política, sempre em elaboração, que se torna produtora do consenso, de valores, mas que a partir de um certo momento, tende **explodir** no âmbito de um espaço mundial, que procura se estabelecer. Neste fim de século, há uma contradição manifesta entre o estado-nação e o mundial como estratégia de reprodução

Odette Carvalho de Lima Seabra

das condições de manutenção de um capitalismo, agora, de base internacional. O econômico se reconsiderará em termos espaciais.

Nos diz Lefebvre: “no curso desse processo há um triplo aspecto: crescimento das forças produtivas; a urbanização levando à formação de unidades gigantes de produção e consumo; a espacialização. Teve lugar a uma mudança qualitativa, o Estado foi assumindo funções diretivas. Por isso alguma coisa de novo apareceu na sociedade civil e na sociedade política, na produção e nas instituições do Estado: a racionalização e socialização da sociedade tomaram, até certo ponto, a forma de politização-estatista”¹. O que equivale dizer que o outro da política em todos os níveis começou a aparecer como Estado.

No curso desse processo o espaço entra ao mesmo tempo:

- nas forças produtivas.
- nas relações de produção e de propriedade.
- na ideologia.
- na produção/no sobre produto (pelos investimentos na urbanização, no espaço aéreo, na indústria turística), explorando a montanha e o mar.
- na realização da mais valia - pela organização do consumo urbano e da vida cotidiana.
- na repartição do sobre-produto pelas rendas do solo e do sub-solo.

Mas existe ainda em Lefebvre um momento no qual o espaço se torna predominante. É quando a produção cessa de assegurar espontaneamente e cegamente a reprodução das relações sociais. A reprodução no interior da empresa, através de investimentos e amortizações e fora da empresa, a reprodução da força de trabalho na e pela família trabalhadora, necessária, não satisfazem mais. Impedir o afundamento do edifício que vai da mão-de-obra à casta política, tal é o papel do Estado.

1 LEFEBVRE, Henri. De l'état. volume IV, Paris, Union Générale d'Éditions, 1978, p.263

Isto se verifica porque o processo de reprodução não se autonomiza funcionalmente porque ele se realiza num espaço, o espaço político, que depois de comprado e vendido aos pedaços, está inscrito no mundial.

O fato é que, a partir de um certo momento, o Capital não pode mais assegurar as condições de reprodução das relações de dominação. Então, o espaço é a estratégia de manutenção da reprodução social. A partir de um certo ponto crítico, este resultado se consegue no e com espaço.

Hoje, a mundialização da produção e dos ciclos percorridos pelos produtos levam o capital produtivo a uma acumulação de escala mundial. Isto não é novo como constatação, mas é preciso tirar as consequências da mundialização dos mercados de capitais, da definição de lugares de investimento, dos mercados para as técnicas e das enormes reservas de força de trabalho. Hoje a mundialização se define pela mundialidade do Estado.

No entanto sobra ao capital, continentes inteiros, por exemplo, a África, grandes porções da Ásia, da América Latina, como territórios onde as relações pertinentes ao trabalho assalariado não se impõem.

É possível pensar que dois terços da humanidade não estão submetidas às relações de salário.

Os clássicos da discussão sobre o imperialismo já haviam mostrado que o capital se difundia sobre a Terra em extensão e profundidade, redefinindo as noções e as práticas do tempo e do espaço, mas que não poderia fazê-lo sem a dominação política. Por isso que se conclui ser o Estado moderno a forma do político que garante a mundialidade contemporânea, não obstante as contradições que carrega.

Num outro plano, é preciso considerar que a gestão total pretendida, pretensamente praticada pelo Estado, avança no sentido de prescrever a vida cotidiana, invadindo o plano do vivido. Mas, no cotidiano, com seus resíduos, se define o modo de existência social cujo conteúdo vai no sentido do urbano, ele mesmo caótico, agitado por insurgências diversas, tradução das fragmentações. Assim, no cotidiano inscrito e prescrito no caminho da gestão total, as relações entre o concebido e o

Odette Carvalho de Lima Seabra

vivido passam para primeiro plano, elas contêm uma questão mais vasta, aquela do pensamento e da vida, interrogação faustiana, mal resolvida pela apologia, seja da vida, seja do pensamento puro.

Logo, enquanto o cotidiano está referenciado ao Estado, o vivido liga-se às particularidades da reprodução biológica, dos resíduos irreduzíveis não capturados no plano do concebido. É o lugar das carências, dos desejos, dos comportamentos, das esperanças, das mulheres, das crianças, dos jovens, dos velhos...

O cotidiano se concebe como estratégias de Estado direcionadas às classes médias, suporte e produto desse mesmo Estado. Só com a existência das classes médias, ampliadas pelas estratégias de crescimento, é que foi sendo possível ao Estado erigir-se acima da sociedade. É no seio destas classes médias, na média desta média, que o cotidiano moderno se constitui e se institui. É lá que ele se torna modelo. É a partir daí que ele se difunde para o alto e para o baixo, ditando modelos presumíveis de consumo, estilos de vida sem estilo, repetitivo e fragmentário.

Apreciando a problemática do espaço, considerando-a como um último episódio do confronto uso-troca, Lefebvre mostra como a forma anti-tética da mercadoria (valor de uso-valor de troca) se tornou conflituosa, e como acabou por empiricizar a totalidade do processo social. O conflito pelo uso do espaço estaria a revelar a essência do processo social: a propriedade lutando contra a apropriação concreta de um tempo e de um espaço. O espaço apresentado como dado sobre o qual se inscreveu a história da sociedade que o tomou por objeto, integrando-se ao processo de valorização pelas cadeias de equivalência como propriedade, é objeto de lutas encarniçadas. Isto delimita os problemas relativos ao território e às múltiplas territorialidades para cada um e para todos. Há uma dimensão da territorialidade que se liga ao vivido sem o que não há vida. A propriedade com toda veemência mostra sua impossibilidade. Por isso é preciso circunscrever, prescrever as territorialidades, o que não se dá sem contradição: a formalização da exclusão, a não propriedade. Este conflito no e com o espaço vai gestando territorialidades novas.

A mundialização do Estado, a prescrição do cotidiano, e até mesmo as impossibilidades, os impasses atuais do capitalismo, no sentido de po-

der generalizar um modo de vida que lhe corresponde, expõem um mundo no qual dois terços da humanidade vive a "exclusão. Existem "excluídos" em todos os países, continentes inteiros de "exclusão. Não obstante os modos de vida estejam profundamente alterados, porque por todos os lados vive-se a **opressão da equivalência**, velada pela dominação política exercida pelos governos nacionais e seus exércitos. Por isso o raciocínio exposto em "La survie du Capitalisme", nos conduz a pensar que os contingentes sobrantes, correspondem à escala planetária da proletarização - expropriação que gestou esses mesmos sobrantes. Nesse sentido, é preciso considerar tanto a exclusão como a inclusão, resultados lógicos da generalização da forma da mercadoria.

Mas a história não se realiza apenas e pelo arquétipo do ser racional, como quis Hegel, concebendo o Estado. Realiza-se também num conjunto de instituições, de grupos e sistemas parciais: o direito, a moral, a família, a fábrica... Esse conjunto alcançou certa e relativa unidade teórica e prática que corresponde a "Belle Époque" do capitalismo. É mais do que desmoronamento, desarticulação dos sistemas parciais, acompanhado da generalização da forma do Estado e da mercadoria, definindo o mundial que resulta a **queda de referências**². Referências de quê? Da família, da moral e do direito. Pilares da sociedade burguesa, que o capitalismo enquanto formação social, para reproduzir-se foi tendo que levar de roldão.

Desde o pós guerra e mais ainda, no final da década de sessenta, vê-se mais claramente o Estado administrando a reprodução social. Era preciso administrar a queda dos referenciais. Os valores abstratos da família, da moral e do direito, não conseguem ser suficientes para manter graus necessários de coesão social. A partir dos anos sessenta, nos diz Lefebvre, as empresas não se reproduzem mais através de investimentos e amortizações. Ao nível da família, vive-se a impossibilidade de garantir espontaneamente a reprodução da força de trabalho, principalmente nos níveis que o processo técnico-material vai exigindo. Assim, o Estado

² É bom não nos iludirmos com a queda do Muro de Berlim. A derrubada do muro de Berlim é simbólica, destinou-se a produzir uma representação cujo sentido é o de pôr uma pá de cal no ideário socialista que atravessa, a mais de um século, a história das sociedades.

Odette Carvalho de Lima Seabra

entrou na reprodução da força de trabalho, e um capital financeiro de caráter essencialmente especulativo, que foi se acumulando e formando as pesadas estruturas bancárias em todo mundo, entra no financiamento dos Estados e dos sistemas produtivos, especulando aqui ou ali.

Atuando principalmente nos sistemas parciais, o Estado tem hoje um centro articulador, que difunde “sistemas de valores” e que se situa nos “mídias”. Os mídias estão no centro das relações que são tramadas em toda sociedade. Têm eles um papel cujo significado é preciso discutir, estão aninhando-se na denominada indústria cultural. Em “A Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido”, é mostrado como o Estado não está sozinho, como não é uma entidade abstrata, mas que ganha realidade em relações de interesse que veiculam valores, destinada à reprodução da sociedade direcionada a preencher os vazios dos sistemas parciais. Está aqui situado o percurso de discussão da temática relativa à colonização da vida cotidiana como funcionalização do tempo e do espaço. Os “mídias” aparecem agora como inteligência, mais ou menos difusa, que congrega arte, filosofia, retórica, técnica... enfim, produzem uma certa consciência do mundo.

Uma questão sempre instigante é de pensar o peso do “Levitã” - seu saber, sua coerência. Afinal, o Estado é fraco ou é forte? Em Lefebvre, aparecerá sempre o Estado como forte e como fraco. É entendido como forte porque em meio às inúmeras e crescentes contradições da sociedade, o Estado as atravessa alcançando seus níveis reprodutivos: o tempo de reprodução da vida - o tempo e o espaço do cotidiano, transformando-os em fragmentário e repetitivo. Com isso lança na generalização do mundo da mercadoria, os espaços e os tempos vividos. Ali onde o desejo, o prazer, o amor, o sonho, admitidos como irracionalidades, têm que se tornar racionais.

Mas, sobretudo é forte porque articula estratégias de dominação em escala planetária. As telecopagens do Estado no mundo contemporâneo vão ocorrendo sem cessar. Por exemplo, à escala do mundial, vê-se intervenção da força de segurança da ONU.

E a nível nacional as estratégias de “encaixe” das políticas do Estado nos territórios nacionais.

Mas o Estado é também fraco, porque os princípios mais sólidos de consecução dos sistemas parciais (moral e direito) se desarticulam, no sentido de que não há totalização possível a partir do Estado, porque não há como anular os embates advindos das contradições da propriedade na sua generalidade. Contradições que, ao eclodirem no espaço, e pelo espaço, põem o problema das múltiplas territorialidades para cada um e para todos. Os sistemas parciais (moral e direito, a família) sustentaram a conformação do mundo até o presente, mas não suportaram sozinhos uma tal conjunção. O mundo ainda era bastante sagrado para fazer sobreviver as hierarquias e os princípios que as religiões sedimentaram no imaginário social. Há sem dúvida, uma volta às religiões, e talvez a um "sagrado" que agora vem lidar com as fragmentações, a angústia generalizada, o irrisório do vivido. E nesse sentido busca restaurar conteúdos simbólicos da vida.

A CIDADE E O URBANO

Finalmente, ensaio de compreender o pensamento de Henri Lefebvre em dois momentos que julgo significativos: em 1940, quando escreve "O Materialismo Dialético" e 1980 quando escreve "La Presencia y la Ausencia".

Em 1940, tem-se um pensador que assume teoricamente, mas também praticamente, já que se engaja como militante de esquerda, o ideário do socialismo. Os princípios que fundam a sua prática são aqueles do humanismo. Entende a História como a produção do homem total, o homem genérico, tão caro ao pensamento teórico do século XIX. Debate-se com a temática da alienação, sem desesperar-se, pois a positividade da história está no seu horizonte. Entre 1940 e 1980 revisita Hegel, Marx, Nietzsche, Lênin. E, já nos anos cinquenta, inicia sua crítica ao estalinismo. As polêmicas são muito férteis com os intelectuais de seu tempo: Sartre, ... é então que escreve várias obras, fazendo crítica ao estruturalismo. Ao mesmo tempo, vai elaborando sua crítica à vida cotidiana (1946 - 1957 - 1968 - 1981), vai empreendendo os estudos sobre o Estado (1976 - 1977 - 1978).

Odette Carvalho de Lima Seabra

As teses sobre a produção do espaço são expostas já na década de setenta. Postando-se de modo particular diante da História e na História, decifra-a como história do tempo e do espaço. As simetrias e assimetrias, as conjunções e disjunções, como escreveu a Otávio Paz, pertencem a um único processo, e isto delimitara os problemas das temporalidades na História.

Em 1980, há uma inflexão importante no seu pensamento. Preservando toda construção do mundo como “mundo da mercadoria”, dos mercados, avança no sentido de expressar as articulações políticas. E, nesse sentido, fará a crítica aos sistemas filosóficos como sendo representações do mundo. Praticará a metafilosofia. Reconsiderará muitas questões teóricas e dentre elas, particularmente, a questão da ideologia: As representações do mundo incluem, envolvem as ideologias que, quando clarificadas, se mostram empobrecidas. Assim, a eficácia das abstrações e das ideologias provém das representações que persistem para além das ideologias. Por exemplo, o **ideário do progresso** material produziu uma representação do mundo que unificou, num certo sentido, por mais de um século, a crítica de esquerda e a crítica de direita. Assim, operavam-se ideologicamente, como sistema de valor, estratégias de crescimento em países capitalistas ou socialistas, a questão era, sob qualquer circunstância, o desenvolvimento das forças produtivas. Por isso concluirá que mesmo em meio a duros embates, passa-se do crescimento como fim e finalidade, ao desenvolvimento como valor estratégico: Desenvolvimento das “capacidades humanas”.

Lefebvre procura uma essência verdadeiramente humana e a encontra na ação “poiética” como resíduo irreduzível a todos os embates no decurso do tempo histórico. No limite os direitos do cidadão o remetem, o levam de volta, ao direito do homem. Na sua incrível luta contra o marxismo vulgar, reconhecido por economicista, estrutural, vai em direção à cultura, pensa a generalidade da condição humana. Por esta perspectiva trabalhou intensamente a dialética entre a propriedade e a apropriação. Assunto que guarda mais de um enigma e que atravessa quase todas as suas obras. Os termos essenciais dessa contradição se discutem como insurreição do uso.

Para não concluir, lembro as doze palavras chaves para entender o mundo moderno, discutidas em "Le Retour de la dialectique": Estado - História - Informação - Lógica - Lógica Matemática - Filosofia (metafilosofia) - Política - Produção - Cotidiano - Relação (relativo) - Revoluções - Socialismo-Urbano.

Gostaria de ter conseguido traçar alguns percursos desse pensamento. Tenho consciência de muitos limites do que esbocei, mas certamente não tenho consciência de todas as limitações e das armadilhas que criei neste esforço de sistematização. Sobra um alento, um pensamento profundo é sempre instigante e se animei alguém a viver esta estimulação, é o suficiente.

